



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 13

8.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Branca José Janeiro Rita Santana, António Parente (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Diogo Júlio Cleto Serra, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lação Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:15 horas.-----

Intervenção do Público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente na sala, que em Conferência de Representantes tinha sido definido que o Período de Intervenção dos Cidadãos era de 20 minutos. Posto isto, perguntou aos presentes se alguém pretendia intervir, não tendo havido qualquer intervenção a registar.

Período Antes da Ordem do Dia:

Neste período, a Presidente da Mesa deu conhecimento aos presentes do expediente recebido nos serviços administrativos da Assembleia Municipal.

Terminada a sua intervenção, Fernando Areias, pediu a palavra para falar sobre o evento “Aquecer Corações”. Disse que decidiu organizar o evento para ajudar a Tégua, IPSS de Portalegre, com a colaboração graciosa dos intervenientes. O espetáculo de música esteve marcado para dia 24 de janeiro, na Praça da República. Mais disse que contactou várias entidades para o efeito, que se mostraram disponíveis desde a primeira hora, dizendo que a Tégua ficou inclusive agradecida pela realização do evento. De seguida apresentou os factos ocorridos, por ordem cronológica, de acordo com os seus documentos. Disse também que depois de ter tido conhecimento do indeferimento da realização do espetáculo, por parte da autarquia, ligou à Presidente da Câmara, a 20 de janeiro, para a tentar sensibilizar sobre a importância do mesmo e transmitir que seria tarde demais para recuar. Disse ainda que a Presidente da Câmara lhe referiu que não podia fazer nada, pois segundo o Regulamento Municipal, o licenciamento daquele tipo de atividades tinha de ser feito com 15 dias de antecedência e não iria apoiar a iniciativa porque não era a IPSS que a estava a organizar, mas sim ele próprio. Fernando Areias disse ainda que a Tégua, enquanto mentora da iniciativa, se tinha limitado a colaborar com tudo o que lhe foi pedido e que tudo o que a Tégua pediu à Câmara, nada foi concedido. Perante tais factos, referiu que não teve outra alternativa senão cancelar o evento e, por isso, gostaria de saber quais tinham sido os verdadeiros argumentos que levaram a que a Câmara Municipal da sua cidade não tivesse apoiado uma iniciativa solidária e de angariação de verbas para uma instituição daquele tipo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara informou que já tinha tido a oportunidade de esclarecer aquele assunto e que não iria fazer mais comentários, pois o assunto nem sequer era do seu pelouro, nem passava por si e que todas as iniciativas do género seriam bem-vindas. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse acreditar que a Presidente da Câmara já tivesse feito todos os esclarecimentos a quem tivesse entendido. Contudo, a mesma não podia esquecer que o sítio onde tinha de prestar os esclarecimentos que lhe eram exigidos pela atividade municipal era a Assembleia Municipal, por ser o órgão de fiscalização da Câmara Municipal e nesse sentido, solicitou um esclarecimento cabal à Presidente da Câmara. -----

A Presidente da Câmara informou que, de facto, tinham recebido a documentação referente ao pedido da Tégua, mas não sabia quem estava por trás do mesmo era um particular. Acrescentou que a própria Tégua estava admirada ao ter sabido que não fazia parte da organização e, perante tal facto, retirou o pedido de realização do evento. Portanto, o evento nunca chegou a ser indeferido, tendo sido presente ao Vereador do pelouro o qual, perante o pedido da Tégua para retirar o evento, assim o fez. Por último, leu a informação da instituição a comprovar o que disse. -----

Solicitando novamente o uso da palavra, Fernando Areias perguntou à Presidente da Câmara em que data aquela informação tinha chegado à Câmara. Ressalvou que tinha em sua posse um pedido de palco, à Câmara de Arronches, de dia 20 de janeiro, 3 dias antes da marcação do evento. Mais disse perceber bem a razão daquela informação ter chegado à Câmara. Por último, disse que, enquanto cidadão, quis fazer um evento solidário e, lamentavelmente, deparou-se com inúmeros obstáculos processuais e burocráticos por parte da autarquia da sua cidade, que não foram devidamente esclarecidos pela própria Presidente. -----

A Presidente disse que qualquer cidadão portalegrense podia realizar eventos, requerendo à Câmara o respetivo licenciamento. Acrescentou que não lhe tinha chegado nenhum requerimento em nome de Fernando Areias, mas somente em nome da Tégua, que retirou o pedido, quando se apercebeu que no cartaz não aparecia o seu logotipo. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que havia duas coisas a ter em conta: em primeiro lugar, a Tégua era a instituição organizadora, porque quando requereu serviços do município e da EDP, assumiu aquele papel. Em segundo lugar, o esclarecimento dado pela Presidente tinha de ser lido à luz do comunicado justificativo que a própria produziu sobre a matéria em causa. Portanto, a Presidente da autarquia produziu atos administrativos que não correspondiam à organização do evento por parte da Tégua, eivados de uma qualquer intenção que todos conheciam, mas que sobre a qual se estava ali a esconder metade da verdade. Na sua opinião, o posicionamento do município era lamentável e tinha existido falta de vontade em ajudar. Ressalvou o facto de a cidade não ser da Câmara, nem do município, mas dos que nela vivem e trabalham. Concluiu, lembrando que um dos princípios que fez parte da campanha eleitoral do CLIP, foi que o Concelho era de todos. Contudo, naquela questão, pareceu-lhe que só a alguns é que estaria possibilitado o trabalho em prol do concelho. -----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse que a Assembleia Municipal era o órgão autárquico mais importante do concelho e que num concelho que não tinha nem orçamento aprovado, nem grandes opções do plano, estavam ali a discutir questões pessoais de dissidentes do CLIP. -----

Solicitando o uso da palavra, Artur Correia, quis acrescentar relativamente ao que disse Fernando Areias que foi convocada uma reunião, com o intuito de se dissiparem as dúvidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que tinham sido lançadas a propósito do evento em causa. Estiveram presentes na mesma, a Presidente da Câmara, a direção da Tégua e quatro representantes dos bares da Praça da República. Disse ter ouvido pessoalmente o que foi dito naquela reunião pelo Presidente da Tégua e só lamentava que não estivesse ali um representante da mesma, para se poder defender do que ali foi dito. Posto isso, disse ao membro Fernando Areias que, quando quisesse confrontar os donos dos referidos bares, ouvisse o que os mesmos lhe podiam dizer, para ficar devidamente esclarecido. Por fim, disse que a Assembleia é um órgão que merece todo o respeito e o que ali ouviu não foi o mesmo que se disse na reunião em que esteve presente. Em nome da União de Freguesias, disse que a documentação entrou em nome da Tégua, foi despachada e naquilo que lhe foi solicitado esteve sempre disposto a colaborar. Portanto, não restam dúvidas de que não estava definida a percentagem da receita que seria doada por parte dos donos dos bares e que os mesmos foram perentórios ao afirmar tal facto na reunião. Na sua opinião, a organização do evento poderia ter sido feita sem atropelos e confusões, que a ideia era louvável e que a Tégua merecia mais respeito, estando a União de Freguesias da Sé e São Lourenço sempre disposta a colaborar com todos e até a apoiar a realização futura do mesmo evento. -----

Pedindo novamente o uso da palavra, Fernando Areias disse que estranhava a intervenção anterior porque, desde a primeira hora, o presidente da União de Freguesias se tinha mostrado totalmente disponível. Em relação às receitas dos bares, não foi imposta nenhuma percentagem da receita recebida pelos bares, porque obviamente todos os donativos feitos a uma IPSS eram através de cheque, com o respetivo recibo. Requereu que a Assembleia Municipal votasse um pedido de desculpas público, por parte da Câmara Municipal de Portalegre, quanto à forma como foi conduzida aquela situação e outro pedido de desculpas à Tégua. -----

Solicitando a palavra, Rui Simplício dirigindo-se à Presidente da Câmara disse que havia desigualdade de tratamento entre os eleitos locais, uma vez que a Senhora Presidente e os senhores vereadores em permanência recebiam ao fim do mês, os seus vencimentos, os vereadores da oposição recebiam as senhas de presença quando calhava e os membros daquela Assembleia Municipal continuavam ainda sem receber as senhas de presença de várias sessões. Posto isso, perguntou à Senhora Presidente da Câmara quando pretendia pagar as senhas de presença e as despesas de deslocação em atraso aos membros da Assembleia. ----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara lembrou que era feita uma previsão em orçamento do número de sessões anuais da Assembleia. No entanto, disse que no ano anterior tinha sido ultrapassado em dobro, o número de sessões da mesma, que por isso não estavam contempladas em orçamento, e, que obviamente, obrigavam a que houvesse reforço do mesmo. Contudo, não era somente a questão do reforço orçamental, mas também dos fundos disponíveis. Portanto, não havendo fundos disponíveis, não seria possível regularizar os pagamentos, pois existiam outras prioridades. Mais disse que é sua intenção regularizar a questão e, naturalmente, esse é um direito que assiste aos membros da Assembleia Municipal mas, proceder ao pagamento sem fundos disponíveis acarreta responsabilidade pessoal, criminal e reintegratória. -----

Usando novamente a palavra, Rui Simplício disse que o facto de não haver fundos disponíveis não tinha sido impeditivo de que a autarquia financiasse a Fundação Robinson, para despesas gerais (60.000€), sem conhecimento da Assembleia Municipal. Portanto, a Câmara tinha violado a Lei dos Compromissos. -----

A Presidente da Câmara disse que em relação à Fundação Robinson a responsabilidade era sua, pois era ela quem assinava e quem teria de responder perante a entidade fiscalizadora,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que era a DGAL. Que os valores mencionados eram verbas respeitantes a vencimentos dos trabalhadores da Fundação Robinson e de funcionamento, que a lei obrigava a cumprir. Relativamente ao pagamento das deslocações e senhas de presença reafirmou que fazia questão de pagar, mas não podia dizer ao certo quando tal seria possível. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que a última intervenção da Presidente lhe suscitava três comentários: o primeiro era que, há três semanas atrás, também tinha colocado a questão sobre as senhas de presença e a mesma lhe respondeu que, naquele dia, tinham sido todas pagas, portanto mentiu-lhe; o segundo era que as prioridades da Presidente da autarquia tinham sido nomear um novo assessor político e manter quatro carros dos vereadores em funcionamento e o terceiro era saber se a Presidente iria à apresentação do novo quadro comunitário ProAlentejo, a realizar em Elvas. -----

A Presidente da Câmara, disse que, na altura, respondeu que não tinham sido todas pagas, pois tinha a consciência de que não podiam ser todas cabimentadas. Disse ainda que iria estar presente na apresentação do quadro comunitário e acrescentou que o evento era para ter sido feito em Portalegre, mas tal não foi possível por questões logísticas, uma vez que estavam inscritas mais de mil pessoas. -----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo pediu para entregar à mesa uma moção, a qual passou a ler:

“O Grupo Municipal do PSD vem apresentar à Assembleia Municipal de Portalegre um voto de congratulação por duas das decisões tomadas na reunião do Conselho de Ministros desta semana, ocorrida dia 26 de fevereiro de 2015. Referimo-nos às seguintes decisões:

- 1) Aprovação da alteração do regime de isenção de taxas moderadoras, de forma a estender a isenção a todos os menores. Pretende-se com esta alteração promover a saúde e garantir a eliminação de quaisquer constrangimentos financeiros no acesso dos menores aos serviços de saúde assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde.
- 2) Aprovação da prorrogação, por três anos, do prazo de vigência do regime excecional de contratação de médicos aposentados pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde. Procura-se, assim, dar resposta à carência de médicos e, deste modo, assegurar a manutenção dos cuidados de saúde a todos os cidadãos.

Regozija-se a Assembleia Municipal de Portalegre por estas decisões tão importantes para o reforço e melhoria da prestação de cuidados de saúde, do Serviço Nacional de Saúde.”-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o membro Cristóvão Crespo era deputado de um governo que tinha infligido aos portugueses os mais gravosos ataques do ponto de vista social e de um governo que atacou as pensões, os complementos solidários para idosos e diminuiu o Serviço Nacional de Saúde. A moção do PSD significava que “... nós roubámos muito, mas agora damos uma migalha.” Salientou ainda que, para espanto de todos os habitantes do distrito de Portalegre e contra aquilo que os Presidentes de Câmara do PSD tinham defendido, o membro Cristóvão Crespo votou contra uma resolução apresentada pelo PS, em sede de Assembleia da República, a qual permitia que uma unidade hospitalar do distrito de Portalegre aumentasse a sua capacidade e fornecesse serviços hospitalares a pessoas de fora do distrito, condicionando uma centralidade do próprio distrito de Portalegre. Por último, considerou que com tal proposta, o deputado pretendia transformar aquela Assembleia Municipal numa caixa de ressonância do Governo. O PS não estava disposto a encobrir o ataque frontal que o PSD e o CDS tinham feito aos utentes do SNS.-----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio disse que o deputado Cristóvão Crespo foi ali brincar com coisas sérias. Relembrou que, inicialmente, o PSD tratou de assegurar que quem quisesse saúde tinha de a pagar, impondo taxas que destruíram o Serviço Nacional de Saúde e agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

iam ali pedir-lhes que se aprovasse uma moção de agrado, porque afinal a taxa já era “só um bocadinho”. Mais disse que a ação do governo era uma paródia, já que estava a empurrar os médicos jovens e todos os jovens trabalhadores para o estrangeiro e que queria arranjar trabalho para os velhotes, para garantir que tivessem menos reforma. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse sentir-se muito honrado com a atenção que o membro Luís Testa lhe tem dedicado. Disse que aquela medida de isenção das taxas moderadoras significava que 6 milhões de portugueses ficavam isentos das mesmas. Quanto à questão da Unidade de Saúde de Elvas, relembrou a Luís Testa que o governo PS é que tinha construído aquele modelo de Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, com a sub-emergência médica, tendo apresentado o formato na Assembleia da República como o melhor dos mundos, ou seja, o PS eram os pais da coisa e agora enjeitavam o filho. Quanto à questão dos concelhos limítrofes, referiu que seria simpático que o PS discutisse com o Alentejo Central para saber se queriam alterar a área de referenciação dos mesmos. -----

Usando do direito de resposta, Luís Testa disse que era inacreditável a incoerência do membro Cristóvão Crespo para justificar o imobilismo das leis do Estado e justificar-se a ele próprio e às posições do PS, das quais discordou. Acrescentou que no Hospital de Elvas a urgência básica existia somente no papel e que o bloco operatório funcionava permanentemente como uma urgência médico-cirúrgica e a requalificação para um patamar superior iria permitir uma nova referenciação do Hospital de Elvas, em termos regionais. Portanto, o que o membro Crespo fazia crer era que estaria disposto a tudo, menos a encetar uma discussão que defendesse o distrito de Portalegre, estando assim em contradição com ele próprio e com os autarcas do partido. -----

Usando a palavra, Hugo Capote referiu que se estava a falar de duas coisas diferentes e o que tinha acontecido na Assembleia da República, foi uma das melhores coisas que podia ter acontecido ao Hospital de Portalegre, porque nunca se iria a lado nenhum enquanto Elvas e Portalegre se degladiassem. Informou que todas as comissões técnicas que avaliaram todas as urgências do país disseram que não havia lugar no distrito de Portalegre para duas urgências médico-cirúrgicas. Chamou a atenção para o facto de o bloco operatório de Elvas ter operado somente quatro doentes num ano. Ao nível de urgências não havia referenciação. O que havia a discutir era quem é que pagava a Portalegre o tratamento de doentes que eram do distrito de Évora. A urgência em Elvas estava a gastar dinheiro para urgências sem ter critérios para tal e não conseguia perceber como é que uma deputada, eleita pelo distrito de Portalegre, tinha defendido o Hospital de Elvas e atacado o de Portalegre. Por último, perguntou à Presidente da Câmara quem é que iria dar posse ao novo Conselho de Administração da Fundação Robinson, na próxima segunda feira; quando é que tencionava apresentar um novo orçamento e novas opções do plano, uma vez que ainda não tinham conhecimento dos principais documentos do município -----

A Presidente da Câmara informou que quem iria dar posse ao Conselho de Administração seriam os curadores e que os elementos nomeados eram a Vereadora Dulce Reis, o Dr. Luís Esteves e o Dr. António Traguil. -----

Usando a palavra, Hugo Capote disse que a informação que constava das atas não era aquela, pois só estavam dois elementos nomeados. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara para responder, esta referiu que havia um despacho, para ratificar, em reunião de Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote perguntou se a Presidente iria dar posse a um Conselho de Administração que posteriormente seria ratificado pelo executivo camarário, dizendo que tal ato era uma grande lição, do ponto de vista democrático.-----

A Presidente da Câmara perguntou se havia algum problema, uma vez que o nome do terceiro elemento já tinha sido referido em reunião de Câmara, embora não tivesse ido atempadamente.-----

Usando a palavra, Hugo Capote perguntou ainda se a nomeação do Conselho de Administração era uma competência delegável da Presidente da Câmara.-----

A Presidente da Câmara disse que era competência da Câmara e que o assunto podia ser ratificado, sem qualquer problema. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse ter percebido bem a situação e que, daquele modo, seria obviamente ratificado pela maioria absoluta que detinham.-----

Solicitando o uso da palavra, Fernando Areias perguntou à Presidente da Câmara porque é que o município de Portalegre estava entre os cinco municípios que não participava nos jogos do Norte Alentejano. -----

A Presidente da Câmara informou que o município já há alguns anos que não participava nos jogos em questão.-----

No uso da palavra, o Vereador do Desporto, António Landeiro, disse que o município não participava porque se entendia que os mesmos não contribuíam para o desenvolvimento desportivo do concelho de Portalegre. -----

A Presidente da Mesa disse que iriam proceder à votação da moção apresentada pelo PSD. ----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar a respetiva moção, com o voto de qualidade da Presidente da Mesa, uma vez que a votação obtida foi de 13 votos contra (7 do PS, 4 da CDU, 1 do membro J. Isidro e 1 do membro F. Areias) e 13 a favor (1 do PSD e 12 do CLIP).-----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“O Partido Socialista entende que a aprovação desta moção, hoje, aqui, é o escamotear das graves deficiências que enfermam o Serviço Nacional de Saúde e não abona nada à situação de precariedade, de pobreza e de assistencialismo a que as nossas populações, principalmente as que passam mais dificuldades, passam. A saúde tem de ser levada tão a sério, que nós temos de utilizar, de forma correta e coerente, todos os recursos que temos e aqueles que podemos atingir. No distrito de Portalegre existem muitos centros de saúde e duas unidades hospitalares e persistir na guerra entre as duas unidades hospitalares do distrito só faz com que as duas se enfraqueçam e só faz com que nós percamos força. No nosso entender, um distrito de Portalegre forte, como aliás é o entender de todos os quinze Presidentes de Câmara, só existirá realmente se as duas unidades hospitalares do distrito tiverem força e capacidades. E quando os quinze Presidentes de Câmara do distrito de Portalegre propunham uma reclassificação do serviço de urgências do hospital de Elvas, entendiam eles próprios como nós entendemos que uma nova referenciação de outros quatro concelhos de fora do distrito de Portalegre, permitiriam a capacitação da unidade hospitalar de Elvas e a alocação de recursos, não só diretamente à unidade hospitalar de Elvas, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

também indiretamente a toda a ULSNA e ao hospital de Portalegre. Aquilo que se passa na saúde é grave demais para nós andarmos com paródias de andar para trás, andar para a frente, andar para o lado e para cima ou para baixo. Portanto, aquilo que acontece é que nós estamos perante um aproveitamento ignóbil, muitas vezes desta temática, para retirar proveitos políticos.”

ORDEM DO DIA:

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, Rui Simplício, relativamente ao n.º 4 do preâmbulo do relatório, disse à Presidente da Câmara que o chumbo da Assembleia ao anterior orçamento estava correto e esperava que na próxima sessão fosse apresentado um novo orçamento, mais transparente e mais exigente, onde constasse aquilo que era uma obrigação decorrente da lei, que era o reforço das verbas para pagamento aos membros da Assembleia Municipal e esperava que o executivo elaborasse um orçamento. Quanto às ações interpostas contra a Câmara, nomeadamente na interposta pelo BPI, requereu à Presidente da Câmara, os documentos que tinham autorizado o pagamento dos 300.000€ e que os mesmos fossem distribuídos a todos os membros daquela Assembleia. Lembrou ainda que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tinham deliberado não pagar os 407.000€ e que não viu no relatório que a Câmara tivesse interposto alguma ação contra o BPI. -----

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro, disse que aquilo que se estava ali a passar lhe parecia paradigmático, em relação ao que se assistia no concelho, uma vez que tinham um executivo e uma maioria que governava que era tão pobre de ideias que até tinham que se ocupar ali com assuntos de outra natureza, para poderem ter algo para discutir. Atualmente, existia um movimento independente que governava a Câmara Municipal, que não tinha uma ideologia política e, por tal motivo, até se tornava difícil fazer oposição. Acrescentou que o movimento em causa tinha todos os defeitos dos partidos e não tinha nenhuma qualidade dos independentes e que deveria fazer um favor à cidade e ter ideias para o concelho, para que a oposição pudesse ter alternativas. Quanto ao ponto 4 do relatório municipal, perguntou à Presidente o que realmente quis dizer, quando se referiu a “alguns”. Pela leitura do mesmo, depreendia que a Presidente da Câmara tinha dado razão ao chumbo do orçamento quando disse o seguinte: “...só com indicadores absolutamente fiáveis e projeções realistas é possível avançarmos para a identificação e implementação de melhores soluções.”, e, tal facto, deixava-o agradado porque afinal o orçamento chumbado não reunia todos os elementos para ser um bom orçamento. Mais disse que afinal estavam à espera de pareceres “supramunicipais” para, finalmente, se construir um bom orçamento. Acrescentou que gostaria de ter visto no documento um conjunto de ideias estratégicas e um rumo diferente, assim como gostaria de lá ver definida a política de educação do município de Portalegre. Quanto à política de saúde, disse que se vivia atualmente um período sensível e perguntou à Presidente da Câmara se tinha tentado saber o que é que estava a acontecer com a acessibilidade aos cuidados de saúde dos cidadãos do concelho-----

A Presidente informou que tinham enviado um ofício ao próprio Ministro da Saúde, junto da ARS e da ULSNA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Raúl Cordeiro realçou o facto de aquela questão ser fundamental e deveria estar expressa naquele tipo de documento, bem como a ideia de cidade, para o movimento independente. A oposição não sabia qual era e gostava que o atual executivo os ajudasse a compreender tal questão. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que tinha feito algum esforço para perceber qual a gestão que era pretendida para o município e, na verdade, não chegava a perceber. Relembrou os presentes que a Presidente da Câmara, numa questão relativa às linhas orientadoras para o orçamento de 2015, referiu que a resposta passaria por pagar a dívida. No entanto, para se pagar a dívida e honrar os compromissos era necessário implementar um conjunto de estratégias e de medidas para que tal fosse possível. Contudo, nos treze meses de mandato que já passaram, disse que ainda não tinha conseguido verificar nenhuma medida que possibilitasse fazer face à dívida. Verificaram-se cortes nas associações e coletividades, mais responsabilidades e menos dinheiro para as Juntas de Freguesia, as estradas da cidade e do concelho estavam com mais buracos; a cidade sem luz suficiente; até a caldeira do estádio municipal avariou no inverno e os jovens que praticam desporto não tiveram condições para poderem tomar banho. Por último, disse que, a leitura do documento do município, o deixou deveras preocupado por lá estar a dado passo, o seguinte “consideramos que o percurso efetuado até ao momento foi o correto e o necessário”, o que o levava a crer que estavam metidos num grande problema. O próximo orçamento teria de retificar alguns dos referidos pressupostos. Todos constatavam também que existia cada vez mais desemprego e pior qualidade de vida, para além de que existiam ainda funcionários da autarquia que estavam à espera há imenso tempo para serem requalificados, sem que tal acontecesse. -----

A Presidente da Mesa informou o membro Jorge Isidro de que já tinha ultrapassado em minuto e meio o seu tempo de intervenção. -----

Usando da palavra, Luís Testa referiu que era preciso reformular a questão dos tempos concedidos para os grupos ali se pronunciarem, uma vez que a situação atual era inoportável. As pessoas estavam ali para discutir os problemas do concelho e não suportavam aquela “guilhotina do tempo”. Nem na Assembleia da República era feito assim e a Presidente da Mesa devia promover uma forma de todos terem algum grau de representatividade, proporcional, para ser possível explanarem as suas posições. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernando Areias disse que se sentia profundamente desrespeitado pela Mesa da Assembleia por não ter sido votado o requerimento que tinha feito anteriormente. Mais disse que a ordem de trabalhos daquela sessão era profundamente pobre e em relação à situação financeira, constante da informação municipal, congratulou-se com o facto de se falar pela primeira vez do Fundo de Apoio Municipal (FAM), do qual já tinha falado em ocasiões anteriores e esperava por outros desenvolvimentos. Por último, perguntou à Presidente da Câmara se tinha reunido no BPI, com o anterior Presidente da autarquia Mata Cáceres, em relação ao assunto da enorme dívida do CAEP. Disse que iria abandonar a sala, pois não merecia aquele tratamento por parte da Mesa daquela Assembleia, o que fez de seguida. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo, relativamente à informação municipal, disse que a mesma tinha um pecado capital, porque sendo aquela a primeira reunião após o chumbo do orçamento lhe parecia que o assunto deveria ter um destaque na ordem do dia. Estavam em 2015 e não tinham orçamento definido e nem sequer havia uma palavra sobre o mesmo. Na sua opinião, havia três aspetos que o relatório deveria conter: o orçamento ou uma perspetiva geral; o funcionamento do concelho e a imagem que se passa para o exterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relembrou que o PSD tinha feito uma conferência de imprensa onde já tinha identificado aqueles aspetos, numa perspetiva construtiva de dar o “alerta” ao executivo. Contudo, tal não veio refletido no relatório. Perguntou à Presidente da Câmara qual era a estratégia que tinha para recorrer ao FAM, visto que depois não se podia alterar a decisão. Em relação ao Mercado Municipal, referiu ter ouvido que as finanças penhoraram rendas dos lojistas lá instalados e perguntou se tal era verdade e o que é que se estava a passar. Ainda em relação aos processos em Tribunal acima de 100.000€, além do referente ao BPI, perguntou a que é que dizia respeito o processo da construtora São José, no valor de 267.000€. -----

No uso da palavra, Hugo Capote salientou que naquele executivo era previsível o que tinham para dizer. O relatório, em termos de saúde, era sobre um trimestre importante, pois tinha havido dois picos de gripe e situações caóticas nas urgências da maior parte do país. Perante tais ocorrências, disse que tinha ido ver se a autarquia tinha pedido alguma informação ou contactado o Conselho de Administração do hospital sobre o assunto, mas não houve rigorosamente nenhuma ação por parte da autarquia. Perante tais factos, referiu que não se sabia se a Presidente da Câmara tinha enviado, efetivamente, o ofício que mencionou. Já todos sabiam que quando se interrogava ali a Presidente do município sobre alguma questão importante as respostas eram: “... mesmo hoje fiz isso!”; “Ontem tivemos essa reunião e aprovamos isso!”; “Ontem enviei o ofício!”. Portanto, a Presidente da Câmara de Portalegre não soube o que aconteceu nas urgências durante o período crítico, nem tomou qualquer iniciativa, a exemplo de outros autarcas do País. Nos últimos três meses e do ponto de vista político, de notar foram as reuniões de Câmara, a abertura de uma escola e o envio de uns e-mails. Posto aquilo, perguntou à Presidente do município se achava que merecia o ordenado que recebia, bem como se tinha a noção da situação confrangedora em que colocava os vereadores que estavam ao seu lado, bem como a maioria CLIP. Aliás, os que ali estavam presentes pouco ou nada se manifestavam e aquela era a imagem do concelho. Destacou o facto de o executivo em permanência apenas fazer oposição à oposição. Realçou que o orçamento não era só dinheiro e que o atual executivo não tinha qualquer documento para lhes apresentar, porque lhes dava jeito. Acrescentou que a CDU esteve prestes a apresentar naquela sessão uma moção de censura, pois o CLIP já a tinha merecido, ao apresentar os últimos relatórios, que eram uma vergonha. Perguntou como é que quem tinha votado a favor do orçamento, que felizmente tinha sido chumbado, agora conseguia entender o que a Presidente dizia, quando frisava que estava à espera de dados para fazer um orçamento realista. Perguntou então se o anterior orçamento seria falso e em quem deveriam acreditar. Mais disse que a estratégia apresentada para os próximos anos era somente pagar a dívida, cortando em áreas sensíveis e fundamentais, mas que no entanto tinha havido lugar para meter mais um assessor político, questionando quanto é que o mesmo custaria à autarquia ao fim de um ano e dizendo que provavelmente o que se lhe pagaria daria para pavimentar um caminho de uma freguesia rural ou daria para ajudar uma coletividade. E concluiu dizendo que talvez a Presidente da Câmara tivesse pensado em não deixar que houvesse mais dissidentes, uma vez que já perdeu a maioria na Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Rui Simplicio referindo os documentos que lhe tinham chegado dos serviços municipalizados, manifestou preocupação com os mesmos, visto que em termos de comércio e serviços os contratos e os consumos tinham vindo a diminuir. Perante tais factos, entendia que a leitura possível a ser feita era a de que o concelho estaria em queda. Portanto, era preciso inverter aquela tendência, para que voltasse a haver um rumo e uma direção a tomar e que o concelho saísse daquela imobilidade, uma vez que era capital de distrito e precisava de dar o exemplo. -----

A Presidente da Câmara, relativamente às questões colocadas, disse que a sua principal preocupação era, obviamente, com o concelho, estava naquele cargo para servir os outros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não tinha nenhuma preocupação relativamente a ter mais ou menos elementos na Assembleia. Evidentemente os que a acompanhavam, que estavam a seu lado e a população eram quem lhe importava. Quanto às questões sobre o orçamento informou que o mesmo era realista e uma prova era o facto de ter taxas de execução na ordem dos 84,56%. Era transparente, tanto ao nível da receita, como da despesa e perguntou quais tinham sido os orçamentos, tirando os dos últimos anos, em que tinha havido taxas de execução daquela ordem. No entanto o orçamento não era o que desejava para Portalegre. Relembrou o facto de em 2011 a Câmara ter 53.000.000€ de dívida e atualmente ter 36.700.000€, não consolidados. Mais disse que o esforço feito até ali foi correto e o que tinha de ser feito. Relativamente ao Fundo de Apoio Municipal, disse que o mesmo tinha três programas e que dificilmente no Plenário alguém saberia qual o programa em que se inseria a cidade de Portalegre.-----

O membro Jorge Isidro dizendo que sabia, pediu a palavra, mas entretanto o mesmo abandonou a sala.-----

Voltando a usar a palavra, a Presidente da Câmara referiu que aqueles programas tinham a ver com o excesso de endividamento da Câmara Municipal de Portalegre e existindo uma dívida muito elevada, com um excesso de limite de endividamento superior a três pontos, disse que seria obrigada a recorrer àquele fundo de assistência financeira, o que implicaria vários constrangimentos colocados sobre a cidade de Portalegre. Relembrou que, a seu ver, nunca deveriam recorrer ao fundo naquelas condições, porque ficariam sujeitos a regras extremamente graves para o município. Acrescentou que os municípios que saíssem do excesso de endividamento, em 3 ou 2,8 pontos estariam sujeitos àquelas regras e a Câmara de Portalegre tinha de sair daquele patamar, precisamente para ter alguma margem e flexibilidade de negociação e que era obvio que quanto maior fosse a dívida, menor seria o poder de negociação. Mais referiu que o FAM tinha três componentes: reequilíbrio financeiro, reestruturação da dívida e assistência financeira, e disse que se há um ano atrás a Câmara tivesse ido ao FAM, teria ido para a assistência financeira, e ficaria sujeita a todos os itens que lá se encontravam. O executivo esteve à espera do relatório da DGAL, o qual tinha chegado há pouco e referia que Portalegre, devido à dívida global desceu, estando com excesso de endividamento, relativo a 2013, de 2,54. Relativamente a 2014, informou que ainda não tinham nenhum relatório da DGAL, mas as projeções apontavam para uma diminuição significativa e era chegada a altura de se perceber até que ponto poderiam, ou não, negociar com o FAM, porque já estavam numa situação completamente diferente, muito próxima daquilo que a lei dizia ser razoável. Salientou que reestruturar a dívida não era socorrerem-se dos bancos, pois a autarquia não o podia fazer diretamente, porque estavam vedados pela lei do orçamento de Estado de 2015, no artigo 106º. Portanto, restava-lhes efetuar aquele percurso de diminuir ao máximo a dívida, de modo a poderem negociar. Naturalmente, não havia nenhum Presidente de Câmara que quisesse um orçamento como o que foi apresentado, em que a maioria das suas rubricas seria para pagar dívida. Afirmou que só não foi feito antes, precisamente para não penalizar mais a população de Portalegre. Ao ter referido os relatórios que estavam a ser feitos e ao dizer que tinham de ser rigorosos e transparentes, não estava a referir-se aos relatórios do orçamento, mas sim aos que estavam a ser elaborados na perspetiva de renegociar a dívida. Chamou a atenção para o facto de que aquele relatório de atividades não ser umas grandes opções do plano e as componentes nele apresentadas não serem as do orçamento. Seria fulcral que todos, incluindo os membros daquela Assembleia Municipal, discutissem o documento, caso decidissem enveredar pela já referida negociação, de forma a perceberem o que é que podiam ou não fazer e aquilo que estava em jogo. Anunciou que o executivo estava a trabalhar numa proposta para ser discutida nas reuniões e, posteriormente, enviada a Tribunal de Contas; não estava a trabalhar no sentido do orçamento, mas sim no sentido de perceber se de facto valia, ou não,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a pena ali apresentar o mesmo. Se recorressem ao FAM, era importante saber em que medida o faziam, porque atualmente a situação era completamente diferente e, dentro do programa do FAM, tal como já tinha referido, o município de Portalegre não queria a assistência financeira, mas sim a reestruturação, que tinha a ver com a maturidade da dívida. Relativamente às outras questões, informou que a caldeira da piscina avariou, a peça teve de vir de Barcelona e já estava colocada. Quanto ao valor referente à construtora São José, o mesmo tinha a ver com as obras do Museu Municipal. Em relação ao BPI, disse que estava marcada uma audiência para o dia 18 de abril e que, entretanto, já tinham sido ouvidos pela Judiciária e com certeza que mais pessoas iriam ser ouvidas sobre o assunto. Relativamente à questão colocada sobre aquele assunto, disse ter já enviado toda a documentação à Presidente da Assembleia Municipal. -----

Rui Simplicio que também havia pedido a palavra disse ter requerido oralmente as cópias das ordens de pagamento dadas à tesouraria, de forma a saber quem é que tinha dado tais ordens. Salientou que como já se tinha ali falado em audiências, era porque existiam responsáveis por apurar e seria necessário saberem concretamente. -----

A Presidente da Câmara informou que estava a decorrer o processo de inquérito e que ainda não havia responsáveis e relevou o facto de que, da sua parte, não existia nenhuma assinatura. Relativamente a reuniões ocorridas com o BPI ou com o ex. Presidente de Câmara, sobre aquele assunto, disse que não teve nenhuma. Sobre a questão da saúde, informou que enviaram um documento para o Ministro da Saúde, para a ARS e para a ULSNA e que já tinham respondido, tendo ido já à última reunião de Câmara, onde foram vertidas as preocupações a propósito da falta de médicos nos centros de saúde. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente da Câmara ousou dizer coisas nunca antes ditas. Relembrou que as taxas de execução dos orçamentos eram indicadores técnicos que pouco abonavam a favor ou contra a realidade dos orçamentos. O anúncio ali feito, relativamente ao FAM, deixou o grupo do PS incrédulo, porque tinha sido argumentário da Presidente da Câmara, ao longo de sucessivas reuniões, que havia duas fórmulas de se recorrer ao FAM: obrigatória, se excedessem uma determinada taxa de endividamento, ou voluntária se a autarquia tivesse num patamar intermédio e também que o município de Portalegre não reunia nenhuma das duas condições para aceder ao fundo em causa. Portanto, das duas, uma: ou sempre tinha reunido condições para poder aceder ao FAM, ou então tinha passado a reunir, porque se a lei não tinha sido alterada, alguma coisa se tinha agravado nas contas do município. Estavam agora perante uma nova realidade: o município de Portalegre preparava-se para entrar numa reestruturação financeira, com o apoio do FAM. Para o PS era uma situação nova, na qual tinham de trabalhar, pois a Presidente da Câmara sempre se tinha negado a qualquer uma daquelas soluções, por serem gravosas para o concelho. Disse ainda que não sabiam bem o que seria mais gravoso: se o definhamento constante e evolutivo da estrutura social e económica do concelho por culpa da falta de condições financeiras do município, ou se as restrições impostas pelo FAM. Disse ainda que o PS até podia ter sido muitas vezes discordante das opções da maioria em exercício, mas a Presidente da Câmara podia ter a certeza de que, a principal preocupação do seu partido era a falta de opção e o quadro em que se vivia atualmente. Olhando para a atividade municipal e para os seus instrumentos de gestão, todos se apercebiam de que não havia opção. De facto, quem carregava com as culpas era a Fundação Robinson, pois tinha sido uma opção persistente por parte da maioria e num quadro de dificuldades financeiras era obrigatório tomarem-se opções. Salientou que o maior problema era que nunca tinha havido a predisposição, por parte da maioria, para dialogar com a oposição, relativamente às opções a tomar. Por último, referiu que o quadro vivido atualmente no concelho de Portalegre era de falta de opção política, quanto à estratégia a seguir. O pagamento da dívida da autarquia não podia ser uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

opção estratégica. Em conclusão, o Partido Socialista manifestava toda a disponibilidade à Presidente da Câmara Municipal e reiterava-a naquela Assembleia, estando ali preparados para ajudar, dentro das limitações, o concelho de Portalegre, apesar de a Presidente ter dito anteriormente que não precisaria da ajuda do PS. -----

A Presidente da Câmara, no que dizia respeito à questão da obrigatoriedade, esclareceu que os municípios que tivessem um excesso de endividamento de três pontos acima do limite tinham a obrigatoriedade de recorrer ao FAM. Portanto, quando ali disseram que não existiu opção ou estratégia política, não correspondia à realidade, pois a estratégia foi precisamente sair daquela zona, porque senão ficariam sujeitos às regras mais severas do FAM. Acrescentou que a situação da Câmara, em termos de dívida global tinha melhorado e, efetivamente, se tivessem levado à letra o que estava na lei, tendo em conta o valor atual de 2014, já estariam mesmo no limite para se ir ao FAM. Mais disse que o valor de 2014 relativo ao excesso do limite de endividamento era de 2,24 e com aquele valor já não seria possível recorrerem ao FAM, nem sequer voluntariamente. No entanto, a DGAL, tendo em conta o conjunto de municípios que tinham solicitado a revisão daquela norma, em vez de considerarem os valores referentes a 2014, passou a considerar os de 2013, quando a dívida era maior. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que entendia mas que não compreendia como é que a interpretação da DGAL naquela matéria poderia alterar uma Lei da República. Se a lei determinou um ano contabilístico para aferir a elegibilidade do município de acordo com uma determinada norma, não percebia como é que a DGAL admitia a aplicação de um ano anterior para aplicação atual.-----

A Presidente da Câmara informou que a própria DGAL ainda não tinha emitido os relatórios do ano de 2014.-----

Usando novamente a palavra, Luís Testa perguntou à Presidente se achava possível a DGAL “martelar” os relatórios de 2014, aplicando números de 2013, para permitir a determinados municípios o recurso ao FAM.-----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara se o esforço que os Portalegrenses tinham feito nos últimos anos, com menos serviços camarários, com o aumento de várias taxas e que, supostamente, lhes tinha sido vendido como uma melhoria das contas da autarquia, iria agora ser “premiado” com o recurso ao FAM. Portanto, ao fim de tanto esforço e de tantos cortes, a Câmara iria considerar um resgate, além de que nem estava a trabalhar no orçamento, mas sim nos relatórios da DGAL e nos prós e contras do recurso ao Fundo de Apoio Municipal, sabendo todos que o recurso ao FAM iria implicar as taxas e impostos municipais a pagar para o seu valor máximo.-----

A Presidente da Câmara disse que ainda havia trabalho a fazer e que as taxas não ficariam todas no máximo. Salientou que se tivessem recorrido àquele fundo, há um ano atrás, nessa altura, as taxas passariam todas para o máximo. Contudo, agora as condições eram diferentes, pois tinham baixado, significativamente, a dívida da Câmara. Ainda não estava decidido e era necessário debaterem primeiro os prós e contras da referida possibilidade.-----

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício perguntou à Presidente da Câmara se estavam a pensar renegociar os prazos da dívida e se o recurso ao FAM seria um recurso ou uma negociação -----

A Presidente da Câmara respondeu que seria uma negociação, em que as regras não seriam aplicadas na totalidade. A primeira coisa a ser feita era a leitura do diploma, para depois se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

compreender a existência de vários programas dentro do FAM, de acordo com o nível de endividamento das Câmaras. Ainda seria essencial a discussão nos fóruns respetivos, mas tinha a consciência de que aquele percurso teve de ser feito assim, até à presente data. -----

Usando a palavra, Cristóvão Crespo, relativamente ao cenário ali colocado, chamou a atenção para o facto de que, há cerca de um ano atrás, a lei do FAM ainda não tinha sequer sido publicada, uma vez que foi publicada em agosto de 2014. Concordava que os membros da Assembleia Municipal também teriam a responsabilidade de se prepararem, mas a autarquia é que tinha os elementos na sua posse. Mais disse que, naquele relatório de atividades, teria sido favorável terem introduzido o tema em debate, bem como uma explicação da situação. Preocupava-o os números referentes ao saneamento já aprovados, os quais eram cerca de 4 milhões de euros. Era perfeitamente irrealista concretizar tais números. Para além da discussão política, era preciso ter números sérios. Por último disse ter já percebido que havia uma inflexão, por parte da Presidente da Câmara, para estudar o FAM, mas o “jogo” tinha de ser jogado por todos. -----

2 - Atas n.ºs. 9 e 10, relativas às reuniões realizadas em 29 de setembro e 27 de outubro, respetivamente;

Presentes as Atas n.ºs. 9 e 10, relativas às reuniões realizadas em 29 de setembro e 27 de outubro. -----

Pedindo a palavra, Rui Simplicio disse que desde que as votações não fossem secretas, nas deliberações deveria constar quem tinha votado a favor ou o nome dos grupos políticos, pois existiam matérias em que tal facto seria relevante e poderia ter repercussões a posteriori.-----

A Presidente da Mesa disse que talvez fosse possível ter as condições necessárias para satisfazer o pedido do membro daquela Assembleia Municipal. Contudo, salientou que essa metodologia não tinha sido praticada até então e que doravante iria alterar o procedimento já que também concordava com a proposta do referido membro. Perguntou então ao plenário se pretendia passar a votação daquelas duas atas para a próxima reunião, ou aprová-las.-----

Novamente no uso da palavra, Rui Simplicio disse que se a correção fosse feita votaria a favor. -----

Cristóvão Crespo disse apoiar também aquela metodologia e que deveria ser feita uma grelha para apuramento da votação -----

A Presidente da mesa disse que iriam então passar à votação do ponto e que esta seria condicional às alterações pretendidas. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção (Branca Santana) em 24 presenças, aprovar a ata n.º 9, de 29 de setembro.-----

3 - Eleição de Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e suplente) para representação das juntas de freguesia do município de Portalegre no XXII Congresso da ANMP;

Sobre este ponto da ordem do dia, a Presidente da Mesa perguntou se havia listas para a eleição dos Presidentes de Junta, para participação no XXII Congresso da ANMP, tendo o PS apresentado uma lista em que era efetivo Manuel Carvalho e suplente Vera Caixeiro e que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

considerada a lista A e o Clip apresentado uma lista em que era efetivo Artur Correia e suplente, Bruno Calha e que foi considerada lista B.

Antes da votação o membro Hugo Capote saiu da sala.

Após votação a Lista A obteve 7 votos, a Lista B 13 votos e houve 3 votos em branco, tendo sido o eleito efetivo para representar as juntas de freguesia do Município de Portalegre no XXII Congresso da ANMP, o Presidente da União de Freguesias da Sé e São Lourenço, Artur Correia.

4 - Nomeação de um membro da Assembleia para integrar a Comissão de Toponímia.

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa lembrou os presentes que a Comissão de Toponímia era constituída por quatro representantes, um de cada grupo municipal, tendo sido eleito como representante do CLIP, Jorge Mangerona. Portanto, na sequência da sua renúncia ao mandato, perguntou ao CLIP quem é que indicava pra substituir o antigo membro.

Entretanto, saiu da sala o membro António Parente.

No uso da palavra, João Cardoso disse que uma vez que tinham indicado, anteriormente, o antigo Presidente da Assembleia, o CLIP indicava a atual Presidente, Constantina Henriques, para a dita comissão.

No uso da palavra, Luís Testa referiu que apesar do PS já ter um membro naquela comissão e sem querer ser mal interpretado, achava que seria benéfico para a valorização do órgão, que o CLIP pudesse indicar pessoas diferentes, para diferentes comissões, uma vez que a Presidente da Assembleia já estava na CPCJ. Parecia-lhe pouco razoável que numa Assembleia onde existia gente válida e onde o grupo do CLIP tinha mais elementos, não se repetissem a eles próprios em todos os órgãos. Contudo, respeitava a decisão que o CLIP tomasse e votaria favoravelmente a proposta se o Clip mantivesse a indicação que referiu.

João Cardoso disse que aquela era a decisão do CLIP e que já havia outros membros noutras comissões. Portanto, parecia-lhes que a Presidente da Assembleia seria uma pessoa válida para integrar o órgão.

A Presidente da mesa disse que aceitava a indicação do CLIP e que seria necessário procederem à votação, por escrutínio secreto.

Após votação dos membros e estando na sala 22 presentes, o resultado foi de 22 votos a favor.

Aprovação em Minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 22 presentes na sala.

FALTAS: Manuel Matos Rosa e Vera Alexandra Caixeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 8.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 00.15 h, do dia 28 de fevereiro do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----